

CVM

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

FATOS & CRÍTICA 16

A análise de conjuntura do CVM

Ano IV, 12-03-2018



A dança do Vampiro

<http://centrovictormeyer.org.br/>

A dança do Vampiro

Após ter sido representado no desfile das Escolas de Samba como um vampiro neoliberal, Michel Temer executou uma inesperada pirueta, que ele próprio, sem modéstia, denominou de “jogada de mestre”: a intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro e a criação de um Ministério para tratar do assunto. Que foi uma “jogada”, não resta dúvida, “de mestre”, pouco provável.

Afinal, o “mestre” vem amargando o fracasso da aprovação da Reforma da Previdência, exigida pelo capital financeiro, e colecionando uma série de trapalhadas, na tentativa de manter o apoio no Congresso Nacional e se safar dos processos de corrupção que vem acumulando, frutos de uma carreira longa e profícua no ramo.

Para mencionar apenas os percalços recentes do seu governo, há o caso de uma candidata a Ministra do Trabalho condenada em ações trabalhistas, de um Chefe da Polícia Federal que revelou publicamente sua ânsia desarquivar processo contra o Presidente, de um adolescente de 19 anos posto no cargo para autorizar a liberação de recursos milionários, que os

funcionários do seu Ministério do Trabalho se recusavam a fazer, e por aí vai.

A julgar por esse retrospecto, é difícil acreditar na competência do “mestre”, ainda mais se for considerada a complexidade da questão da segurança pública, de difícil solução numa época de crise econômica e social como a que passa o país e, especialmente, o Rio de Janeiro.

A “jogada de mestre” da intervenção militar seria mais uma dessas trapalhadas cômicas e relativamente inconsequentes, se não trouxesse consigo, em miniatura, aquele elemento que constitui o ovo da serpente, o pano de fundo dos golpes militares.

Trata-se do apelo desesperado da burguesia e de parte significativa da pequena burguesia, por meio de suas lideranças, para que a intervenção das Forças Armadas garanta, em última instância, a “ordem pública”, quando os demais órgãos do aparato repressivo normal não são suficientes e o funcionamento da sociedade burguesa, especialmente no que concerne à proteção da propriedade privada e da circulação das mercadorias, é posto em risco.

A última instância em ação

Prevendo situações críticas desse tipo, a própria Constituição de 1988, dita “cidadã”, previu no seu Artigo 142 o uso de tropas das Forças Armadas, por ordem do Presidente da República, nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, “em graves situações de perturbação da ordem”.

De 2010 a 2017 foram editados 29 dos assim chamados “Decretos de Garantia da Lei e da Ordem” (GLO), com base

nesse Artigo 142. Exemplos disso foram as atuações preventivas dos militares nas cidades que sediaram a Copa do Mundo de 2014, nas Olimpíadas de 2016 e durante eleições. Em maio de 2017, a medida foi novamente utilizada, desta vez como reação às manifestações políticas do “Ocupa Brasília”, que pediam a saída de Temer, quando alguns ministérios foram incendiados e o assustado governo interpretou o fato como se fosse uma insurreição. O próprio Rio de Janeiro já se encontrava sob um decreto desse tipo, emitido em julho de 2017 e com validade até dezembro de 2018, quando foi noticiada a intervenção.

Apesar de não existir hoje no país uma ameaça ao domínio político da burguesia, que propicie um golpe militar e a supressão dos órgãos de representação direta da classe dominante, os Decretos de GLO e a intervenção na segurança do Rio de Janeiro mostram como a burguesia apela, sem pestanejar, às Forças Armadas, em caráter preventivo ou quando se sente em dificuldades, mesmo em casos localizados. São ações em miniatura, uma amostra grátis do que poderia ocorrer no caso de uma crise política de caráter nacional, que ponha em risco o poder político e econômico da classe dominante.

Demonstrando a coesão em torno do assunto, o Congresso Nacional votou por grande maioria a favor da intervenção na área de segurança pública do Rio de Janeiro, no que foi apoiado por grande parte das lideranças civis, pela grande imprensa e pelo próprio Governador do Estado, que chegou a clamar por ela, impotente para agir por intermédio das polícias que formalmente comandava.

Insensíveis sobre o que pode representar a ação das Forças Armadas dentro das favelas e dos bairros de periferia para a população local, as lideranças burguesas e pequeno-burguesas

aplaudiram a intervenção como sendo a única alternativa. Apenas houve ressalvas quanto ao mandado de busca e apreensão “coletivo”, ou seja, a licença para os militares entrarem em qualquer casa, a qualquer momento, sob qualquer pretexto, ou mesmo sem.

A crise do Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro foi atingido em cheio pela crise econômica do país, que foi agravada pela queda dos preços do seu principal produto, o petróleo. A falência das finanças públicas e a corrupção sistêmica ajudaram a desintegrar o aparelho estatal, diminuindo ou mesmo paralisando a capacidade repressiva das polícias estaduais.

Somam-se a isso, as disputas pela reestruturação territorial do tráfico de drogas, com a participação inclusive de facção de fora do Estado, que acabaram por intensificar também a luta das milícias (e seus “sócios” dentro do aparelho policial) pelo controle de atividades como distribuição de gás, gato-net, vans e mototáxi, nas favelas e bairros da periferia.

O resultado é que as forças de segurança do Estado se mostraram incapazes de reprimir desde roubos de carga disseminados e disputas entre as facções criminosas, até invasão de supermercado e pequenos arrastões em praias, conduzidos por menores de idade.

O alto desemprego no Estado, que chega a 14,9%, superior ao do país e que atinge especialmente a juventude, é um forte incentivo para que uma parcela significativa dos jovens que vivem em condições miseráveis nas favelas e nas periferias seja atraída pelo tráfico de drogas e as demais atividades que andam juntas, como o roubo de cargas. Mesmo os que optam pelo mercado de trabalho informal, tornando-se vendedores

ambulantes ou camelôs, correm o risco de cair nas redes das máfias que comercializam mercadorias roubadas, contrabandeadas ou pirateadas.

Além disso, o poder econômico dos traficantes de drogas, das milícias e das máfias em geral foi capaz de corromper policiais, administradores públicos e políticos, que se tornaram verdadeiros sócios dessas atividades, inviabilizando a eficácia das ações repressivas.

Essa situação está longe de ser exclusiva do Rio de Janeiro. O Estado não é o mais violento da Federação, nem o Carnaval da cidade foi o mais violento dos últimos anos, mas tudo que nela acontece é amplificado pela mídia e adquire uma expressão maior do que em outros lugares. Foi por conta disso, inclusive, que Michel Temer resolveu executar aí a sua “jogada de mestre”, retirando o foco dos fracassos do seu governo e colocando a segurança pública no centro da ribalta.

A posição dos militares

As Forças Armadas aceitaram a intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro como uma missão, a elas confiada por seu “Comandante Supremo”. Manifestaram, entretanto, certa contrariedade inicial. O General Braga Netto, o Interventor nomeado, ao ser perguntado sobre a situação da segurança no Rio de Janeiro, respondeu que não era tão ruim assim e que havia “muita mídia” em torno do assunto. Em outras palavras, que não a achava necessária.

Já o Comandante do Exército General Villas Bôas aproveitou a chance para alfinetar as lideranças civis, dizendo que os participantes da intervenção precisavam de “garantias” para não enfrentar uma nova Comissão da Verdade, ou seja, praticamente pleiteando uma licença para matar e

criticando, ao mesmo tempo, quem os condena pelos crimes da ditadura militar.

A contrariedade inicial deriva de alguns fatos. Os militares sabem que estão sendo usados numa cartada com fins eleitorais, a última de um Presidente desmoralizado que já não tem muito a perder. Sabem também que as chances de fracasso, por conta de algum incidente imprevisto, são grandes e que não estão treinados para esse tipo de ação. Além disso, uma intervenção de longa duração pode levar à cooptação de soldados e oficiais por traficantes de drogas, milicianos e mafiosos em geral, como ocorreu com as polícias estaduais.

Enquadrar as corrompidas polícias estaduais é do interesse das Forças Armadas, mas elas sabem que não podem resolver o complexo problema da segurança pública no curto prazo e que, no máximo, podem melhorar o que chamam de “sensação de segurança”, neste caso, restrita exclusivamente aos bairros burgueses e pequeno-burgueses da cidade.

Apesar de tudo, os militares procuram aproveitar a situação para reforçar o seu orçamento, se equipar melhor e ganhar projeção, avançando na conquista da legitimidade social e na defesa das ações de repressão, do simples fichamento de moradores até eventuais mortes e torturas.

Após defender o salvo-conduto para torturar e matar, o Comandante do Exército pleiteou um cheque em branco para execuções sumárias nas ruas durante a intervenção militar no Rio, seguindo a recomendação do general da reserva Augusto Heleno (ex-chefe das tropas no Haiti). As declarações do Comandante do Exército General Villas Bôas foram feitas logo após aplaudir o General Mourão, que, em discurso de despedida da Chefia da Secretaria de Economia e Finanças do Comando do Exército, imediatamente antes de passar para

reserva, chamou o Coronel Brilhante Ustra, notório torturador na época da ditadura militar, de herói.

Em parte, a apreensão do General quanto a possíveis processos no futuro já foi contemplada pela Lei 13.941/17, sancionada por Michel Temer, que permitiu à Justiça Militar julgar os crimes praticados por militares das Forças Armadas contra civis, durante as operações de GLO. Mas ficou implícito o recado: “se nos chamam, aguentem as consequências e não venham nos processar depois”. Má notícia para o proletariado, especialmente das favelas e das periferias.

A “jogada de mestre”

Encobrir o fracasso da tentativa de Reforma da Previdência foi importante no cálculo de Temer quando decidiu pela intervenção militar no Rio de Janeiro, mas o que está efetivamente em jogo é a preservação do seu grupo político nas próximas eleições.

O MDB, secundado pela coalizão de pequenos partidos do Centrão, sempre foi o fiel da balança de todos os governos desde o fim da ditadura militar. O Partido se especializou, inclusive, em fornecer vice-presidentes que assumiram o mais alto cargo do Executivo em situações críticas, como na morte de Tancredo Neves (com Sarney) e no impeachment de Dilma (com Temer), sem contar o impeachment de Collor, pois, quando Itamar Franco assumiu o posto, já havia saído do MDB (retornando depois).

Para os membros desse Partido trata-se, antes de tudo, de manter as posições no aparato do Estado que lhes permitam concretizar os seus “negócios” e se manter ativos na política. Há, inclusive, quem credite ao MDB a autoria do modelo de financiamento de campanhas eleitorais que gerou, entre

outros, os escândalos trazidos a público pela Operação Lava-Jato. Pode haver algum exagero nisso, pois devem haver coautores, mas que é gente com muita experiência no ramo, isso não resta dúvida. Que pretendem continuar agindo com os mesmos métodos, também é certo, a julgar pelos fatos recentes.

Michel Temer acredita que os frágeis sinais do fim da recessão econômica e as intervenções na área da segurança poderão melhorar a avaliação do seu governo e, no limite, permitir que se apresente como candidato viável à eleição presidencial de outubro. Na verdade, é a única tábua de salvação disponível para ele, pois em 1º de janeiro de 2019, sem dispor mais dos privilégios do cargo, terá que prestar contas de seus atos em inúmeros processos que apuram crimes de corrupção.

A saída irreversível de Lula da corrida eleitoral não facilitou a definição de um candidato viável da burguesia para o pleito. No campo da direita, onde a candidatura de Temer espera prosperar, a situação é ainda bastante confusa, com muitos candidatos aparecendo, mas todos eles de baixíssima viabilidade eleitoral, o que não deixa de ser um alento para ele. Além disso, com as últimas medidas, Temer conseguiu arrancar das mãos do candidato da extrema-direita, Bolsonaro, a sua principal bandeira: a da intervenção militar na segurança pública.

Tudo isso, entretanto, é pouco para encorpar a candidatura de Temer. Ainda mais porque sofreu recentemente dois reveses importantes na frente judicial: o Ministro Fachin, do Supremo Tribunal Federal, autorizou que Temer fosse investigado, ainda no cargo, no caso de propinas da Odebrecht, em troca do atendimento dos pleitos da empreiteira na Secretaria de Aviação Civil. Para completar, o Ministro Barroso, do mesmo Tribunal, autorizou a quebra do seu sigilo bancário em outro

inquérito, aquele que investiga a edição de uma Medida Provisória destinada a favorecer empresas de operação portuária. Pelo visto, o setor dos transportes era a sua especialidade.

Se para Temer, a “jogada de mestre”, apesar de tudo, traz um sentimento de esperança e de luz no fim do túnel, para o proletariado das favelas e bairros da periferia do Rio de Janeiro traz a terrível angústia de ficar na linha de tiro ou de poder ser atacado a qualquer hora, por soldados despreparados e armados até os dentes, com ordem para atirar contra qualquer um que aparente ser um traficante, ou que porte algo parecido com um fuzil. Para quem vive nessas áreas, a almejada “sensação de segurança” não chegará.

CVM – 12 de março de 2018